

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O ESTADO DA ARTE DE TESES PRODUZIDAS ENTRE 2001 A 2011

Antonia Lucineire de Almeida

Universidade de Taubaté – UNITAU
Mestranda em Desenvolvimento Humano
antoniaalmeida33@yahoo.com.br

Profa. Dra. Édna Maria Querido de Oliveira Chamon

Universidade de Taubaté – UNITAU
Professora Orientadora – Mestrado Desenvolvimento Humano
edna.chamon@gmail.com

Resumo

O presente trabalho objetiva identificar as teses de doutorado que abordaram a Educação do Campo como tema no período de 2001 a 2011 apresentando o estado da arte deste assunto. Pretende-se ainda relacionar os resultados obtidos à tríade campo-educação-políticas, a fim de possibilitar reflexões sobre a Educação do Campo, seu conceito, seus sujeitos e suas peculiaridades na realidade rural brasileira. Evidencia-se o campo para além da extensão territorial e como espaço de possibilidades e lutas, bem como a ampliação nas discussões sobre Educação do Campo nas universidades, nas discussões sobre políticas públicas voltadas para o campo, sobre formação de professores e as práticas educativas constextualizadas que retroagem neste processo e geram novos saberes sobre a Educação do Campo.

Palavras-Chaves: Educação do Campo; Educação Rural; Estado da Arte;

Abstract

The present objective work to identify the theses of doutorado that they had approached the Education of the Field as subject in the period of 2001 the 2011 presenting the state of the art of this subject. It is still intended to relate the results gotten to the triad field-education-politics, in order to make possible reflections on the Education of the Field, its concept, its citizens and its peculiarities in the Brazilian agricultural reality. The field is proven stops beyond the territorial extension and as space of possibilities and fights, as well as magnifying in the quarrels on Education of the Field in the universities, the quarrels on public politics come back toward the field, on formation of contextualizadas practical professors and the educative ones who retroact in this process and generate new to know on the Education of the Field.

Word-Key: Education of the Field; Agricultural education; State of the Art;

Introdução

A Educação do Campo é um assunto recente, que vem sendo discutido com vigor desde a década de 1990. Trata-se de um conceito ainda em construção que engendra discussões precedida pelos movimentos sociais. Estes, por vez visavam a melhoria das condições de vida, de trabalho, de educação e de direitos dos sujeitos que habitavam os espaços rurais, com destaque para o processo de Reforma Agrária, de Educação Popular e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para entendimento da Educação do Campo, um conceito ainda em construção há necessidade de revisitar sua trajetória histórica, as políticas públicas para a educação no meio rural e Educação do Campo, com base nas Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo. Outro caminho necessário é o entendimento do campo, não só como espaço geográfico, mas como espaço de possibilidades a um trabalho produtivo que possibilita o desenvolvimento, por meio da educação.

Este trabalho apresenta o Estado da Arte realizado com teses produzidas na última década e relacionadas à Educação do Campo, Educação Rural e Professores, com pesquisa no banco de teses da Capes, que engendram discussões e considerações sobre o tema pesquisado em relação à tríade campo-educação-políticas.

Apresenta-se como resultado a análise dos termos utilizados para pesquisa que foram divididos em eixos, nos quais estão ligados os movimentos sociais, as políticas públicas, as práticas educativas, a atuação e formação docente, os programas e projetos realizados pelas universidades em parceria com os movimentos sociais e o aumento da pesquisa acadêmica acerca da Educação do Campo.

A Educação do Campo no Brasil: algumas considerações

Relaciona-se a origem da Educação do Campo ao fato dela ter nascido como crítica à realidade educacional brasileira, em especial no contexto do campo. Este fato foi evidenciado pelas lutas sociais ocorridas no campo e por uma ação prática de transformação advinda dessas lutas em relação às políticas (CALDART, 2009, p. 40).

Neste sentido vê-se nos movimentos sociais e, a partir deles, um movimento pela Educação do Campo que surge dentro de um momento e contexto histórico, como “um movimento real de combate ao *atual estado de coisas* (grifos do autor)” (CALDART, 2010, p. 147).

Arroyo e Fernandes (1999) destacam o movimento social como algo exigente ao relacioná-lo com a educação, “porque nos situa no terreno dos direitos, nos leva a vincular educação com saúde, cooperação, justiça, cidadania. O direito coloca a educação no terreno dos grandes valores da vida e da formação humana” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 18).

Entretanto, antes de conhecer a Educação do Campo faz-se necessário discorrer sobre a Educação Rural e a educação oferecida aos povos do meio rural ao longo da história brasileira, das lutas sociais e políticas educacionais voltadas a estes povos. Estes assuntos serão tratados a seguir para entendimento de termos que envolvem a tríade campo-educação-políticas antes de apresentar o Estado da Arte realizado neste trabalho.

A Trajetória da Educação Rural e Educação do Campo no Brasil

O percurso histórico do meio rural brasileiro teve seu marco inicial na divisão de terras à época da Colônia, com as Capitânicas Hereditárias e, a partir disso, observou-se o domínio latifundiário no Brasil e as desigualdades sociais que este processo histórico provocou e ainda provoca no país.

Alentejano (2012) corrobora que:

No Brasil, apesar das inúmeras lutas e revoltas camponesas, da resistência indígena e quilombola, o latifúndio prevaleceu e impôs ao país a condição de um dos recordistas mundiais em monopolização da terra. [...] a concentração fundiária segue sendo uma marca do campo brasileiro (p. 355).

Sabe-se que quanto mais desigual é a distribuição de terra mais a estrutura fundiária é fortalecida, fato que ressalta uma relação de poder entre grandes proprietários e donos de pequenos portes de terra, entre latifundiários e camponeses. Observa-se ainda que a concentração fundiária tem impacto na dimensão produtiva do campo, a substituição dos trabalhadores rurais pela modernização agrícola, o monopólio sobre o patrimônio ambiental do país e as mazelas sociais advindas do êxodo rural com a concentração populacional na zona urbana (ALENTEJANO, 2012).

Neste contexto de discussão sobre as desigualdades que emergem diante da má distribuição de terra, ao longo da história brasileira, cabe ressaltar o surgimento de lutas sociais pela distribuição justa e democrática das terras como a Reforma Agrária.

Stedile (2012, p. 659) corrobora que a Reforma Agrária tem como função a democratização da terra (propriedade) na sociedade e a garantia de distribuição e acesso a todos que quiserem produzir e usufruir deste pedaço de terra.

O processo de Reforma Agrária defendida pelos movimentos sociais brasileiros, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem intenção popular que atenda às especificidades do país no contexto rural (STEDILE, 2012, p 666). No cerne desta luta preconiza-se um processo democrático de educação formal, que garanta o acesso à escola, um aprendizado efetivo e constextualizado, tanto no oferecimento da Educação Básica como no ensino superior, que atenda aos jovens do campo e pessoas que se interessem pela docência no contexto do campo.

Ao retomar o percurso histórico observa-se que houve iniciativas na área educacional em relação ao meio rural no século XIX, mas estas não se consolidaram e somente no século XX é que a Educação Rural começou a ser discutida. A partir da década de 1930 a educação rural começa a se modelar e a ser assunto de debates educacionais, tanto pelo grande número de analfabetos do país quanto pela migração do campo para a cidade.

Destaca-se aqui o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, do qual foi gerada a idéia de “ruralismo pedagógico” (RIBEIRO, 2012, p. 298) diante da situação de inchaço da zona urbana em decorrência da procura de trabalho nas indústrias.

Cunhou-se o termo ruralismo pedagógico para definir uma proposta educacional voltada ao trabalhador rural, na intenção de que este se fixasse no campo por meio de uma pedagogia que contemplasse um currículo escolar voltado ao homem rural e as suas necessidades (BEZERRA, 2003).

Observa-se entre as décadas de 1940 a 1950 um período de projetos educativos voltados à educação da população rural que de um lado reforçava a valorização do meio rural e dos camponeses, a fim de manter a população na terra, no meio rural. Por outro lado, algumas iniciativas tinham caráter pontual, períodos curtos de execução e falta de aderência à realidade rural à época.

Nesse sentido, até a metade do século XX houve preocupação e iniciativas de uma educação voltada ao povo do campo que atendesse o que era peculiar à vida rural. Contudo, essas iniciativas não puderam contribuir de maneira qualitativa e nem com grandes evoluções nesta área, ao contrário, acabaram contribuindo com o êxodo rural em busca de trabalho na cidade.

Na década de 1960, a educação rural voltou a ser adotada pelo governo “como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade” (BRASIL, 2007, p. 11). Passou-se a cobrar do governo da época ações educacionais na zona rural. Com isso, a promulgação da Lei nº 4.024/1961, que dispunha das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passou a ordenar que a zona rural mantivesse escolas rurais que estimulassem os dons profissionais do meio, com face tecnicista, e possibilitasse ao homem adaptação àquele meio (BRASIL, 1961).

Neste período, a Educação Popular, que tem como seu precursor e maior pensador o educador Paulo Freire, se apresenta como proposta de educação libertadora, conscientizadora, reflexiva e crítica. Tratava-se de possibilitar uma educação problematizadora que permitisse desvelar a realidade com a emergência da consciência (FREIRE, 1987).

Entretanto, o regime militar que assumiu o país até final da década de 1970 perseguiu e exilou pensadores e educadores que articulavam reformas na educação incluindo o meio rural.

Frigotto (2010, p. 31) afirma que as lutas e embates que se estabeleceram a partir da década de 1980 acabaram por reavivar “um novo alvorecer das lutas sociais por um novo projeto societário e de educação”.

A volta ao cenário social da Educação Popular trouxe à tona discussões sobre a Educação do Campo. “A idéia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo

de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses” (MEC, 2007, p 11).

A Constituição Federal de 1988 passou a garantir a educação como “direito de todos” e a LDB/1996 regulamentou as ações educacionais nas esferas federal, estadual e municipal. A LDB ainda dispôs de medidas relacionadas às escolas rurais, nas quais deveriam promover “adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural” como preconizado no Artigo 28 (BRASIL, 1996).

No ano de 1998 realizou-se a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo e desde então vem aumentando as discussões acerca do assunto não só pela disseminação, mas pelo questionamento, reivindicação e reformulação de políticas públicas educacionais voltadas aos povos do campo.

Três situações se destacam na ampliação das discussões acerca da Educação do Campo: os movimentos sociais e sindicais que aumentaram e tomaram como bandeira esta educação; as políticas públicas que, por ação do Estado foram criadas; e as discussões e grupos de pesquisa de instituições de ensino, universidades, contemplada por diversas áreas do conhecimento (MOLINA, 2010).

Sobre os movimentos sociais destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a partir da década de 1980 passou a ser considerado o movimento social de combate mais forte no contexto do campo. O MST faz da educação um eixo importante de ação como necessidade no processo de construção e reconstrução do próprio movimento (ANTONIO; LUCINI, 2007).

Ao revisitar a trajetória histórica do MST percebe-se que a educação teve início pela preocupação de cunho pedagógico com as crianças das famílias do movimento nos acampamentos de luta pela terra, que gerava a demanda de um processo educacional também como luta pelo direito à educação.

Kolling, Vargas e Caldart (2010) corroboram que a trajetória da história do movimento tem relação direta com a história da educação dentro do MST, com a intenção de organizar e articular o trabalho educacional às novas gerações e também ao trabalho docente no seio do movimento.

Cabe ressaltar que o percurso e a organização da educação no interior do MST perpassavam questões como o direito à educação pública, em especial na luta por escolas nos assentamentos e nos acampamento; a organização de ações coletivas no interior do movimento, com iniciativas voltadas à educação, no qual se inclui a construção de uma projeto pedagógico; a preparação e formação de educadores

militantes; a disseminação dos ideais do MST pelos educadores às crianças e jovens das famílias dos acampamentos;

Sobre as políticas públicas, o Conselho Nacional de Educação – CNE vem ao longo dos anos, dispondo de Pareceres e Resoluções que tratam da Educação do Campo. A criação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em 2001 e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade trouxeram ganhos à Educação do Campo no que tange ações relacionadas às necessidades e à singularidade da população que precisa desta educação.

Trata-se de uma ação educacional que deve ultrapassar o limite geográfico. “O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social”, de acordo com o Parecer nº 36 da CNE (BRASIL, 2001, p. 01).

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída em 2001, preconiza que:

Art. 2º - A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2001)

Em relação ao aspecto social e coletivo mencionado anteriormente, Martins (2008) discorre sobre “a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor”. O autor ainda ressalta “a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir”, admitindo a necessidade de adoção de “variados modelos de organização da educação e da escola” (MARTINS, 2008, p. 13).

Arroyo e Fernandes (1999, p. 24) em complemento à idéia de Martins e vislumbrando a Educação Básica do Campo corrobora que “a educação básica tem que prestar especial atenção às matrizes culturais do homem, da mulher, do povo do campo” (grifos do autor).

Neste sentido há necessidade de acompanhar as políticas públicas designadas aos povos do campo no oferecimento da Educação Básica, fato que faz surgir um ponto de tensão entre o que é implementados pelos governos (estaduais e municipais), em

termos de políticas, currículos e práticas educativas, ao que verdadeiramente se constitui a Educação do Campo.

Em crítica a esta situação Molina (2010, p. 105) refere-se ao “apartamento; a ruptura; a separação do campo da Educação do Campo” afirmando que o que lhe é verdadeiramente constitutivo tem sido desconsiderado pelas instâncias governamentais na prática cotidiana, na qual tem-se feito a Educação do Campo sem o campo.

Este fato considera a educação levada ao campo meramente como rural e muitas vezes descontextualizada das necessidades e demandas dos sujeitos que habitam o campo. Para elucidar a Educação do Campo pretende-se desvelar, a seguir, seu conceito, sujeitos e práticas.

Educação do Campo: um conceito em construção

Alguns entendimentos se fazem necessários para entender como se constitui a Educação do Campo. Para além do espaço geográfico, o campo é considerado como cenário de reflexões, lutas e movimentos sociais, no qual se deve considerar costumes e práticas singulares (MARTINS, 2008).

A essa discussão soma-se a colaboração de Gudêncio Frigotto, que a partir de uma análise semântica das preposições *para* e *no* consegue desvelar intenções de natureza política embutidas na educação voltada ao meio rural. O autor discorre que a educação *para* e *no* campo expressa o sentido de extensão conteudista e com métodos pedagógicos centralizados, próprios de uma educação voltada para o meio rural, cuja dimensão local e particular nega a “especificidade e particularidade de processos sociais, produtivos, simbólicos e culturais da vida do campo” (FRIGOTTO, 2010, p. 35).

Ainda no apego à semântica, na intenção de elucidar Educação do Campo e diferenciá-la da Rural, Martins (2008, p. 08) discorre que:

A distinção com a “educação rural”, o apreço pela apresentação gramatical da expressão educação DO campo, contrapõem-se à educação NO campo, por entender que mais que uma prática educativa realizada na zona urbana, é uma prática educativa que se constrói a partir do local. Frisar que a educação é DO campo é acentuar a reconstrução social desse espaço pelos seus sujeitos, fato que antecede a prática educativa formal.

Engendra-se na semântica *do campo* um sentido de realidade particular e singular aos sujeitos do campo, que lá produzem suas vidas, e que só podem ser

entendidos na construção de movimentos e lutas sociais (FRIGOTTO, 2010). Torna-se, dessa forma um espaço/tempo, em que homens e mulheres se controem historicamente, a partir dos processos sociais específicos e de dimensões diferentes dos centros urbanos (MARTINS, 2008).

A Educação do Campo, como movimento social caracteriza-se por se constituir de sujeitos que residem no meio rural e lá trabalham. Deste meio retiram seu modo de sobrevivência e rendimento. São camponeses, ribeirinhos, grupos indígenas e quilombolas, pessoas que arrendam terras, assentados, grupo acampados, sertanejos, moradores de sítios e colonos, pessoas que trabalham para proprietários ou que são pequenos proprietários, que residem e cuidam da lavoura e pecuária.

À existências desses sujeitos “do campo” agregam-se a valoração, a diversidade, o trabalho produtivo e os direitos como condição de sua existência social, na constância de vincular os seus direitos à educação e conseqüentemente a educação aos sujeitos (ARROYO; FERNANDES, 1999).

Sabe-se que a Educação do Campo é uma prática social e coletiva, na qual participam movimentos sociais, por acadêmicos, por povos, grupos e comunidades que se organizam politicamente, Há ainda a participação de instituições de ensino, universidades e professores que atuam na Educação Básica.

Vislumbra-se na Educação do Campo a geração de conhecimento “práxico”, como afirma Souza (2010) orientado pela interdisciplinaridade, pois essa modalidade de educação se faz:

[...] mediante a análise histórica das contradições e conflitos sociais; da aprendizagem como construção social; da política como produto do trabalho coletivo e da dialogicidade; do movimento social como expressão de uma luta que é de classe; campo como expressão de territorialidades que enfrentam constantes disputas políticas. É uma prática social orgânica que ultrapassa todos os limites da análise disciplinar, na escola e na ciência (SOUZA, 2010, p. 97).

Fazenda (1991) corrobora que a mudança de atitude é uma característica interdisciplinar que possibilita reflexão crítica e útil. Nesse sentido, a educação que busca novos objetivos, métodos e pedagogia inovadora consegue superar o monólogo e instaurar uma prática dialógica.

De acordo com Molina (2010, p. 107) na Educação do Campo as ações protagonizadas pelos sujeitos coletivos tem provocado e desencadeado processos que estão contribuindo com as ”mudanças na realidade e nas próprias práticas educativas”.

Trata-se, portanto, de extrapolar um projeto educativo, uma modalidade de ensino, na perspectiva de transformação social pelos sujeitos coletivos.

Os grupos e sujeitos que compõem a Educação do Campo, segundo Souza (2010, p. 93) “buscam possibilidades de transformação da própria realidade e adensam as discussões sobre o projeto político-popular que se quer para o país”. A autora ainda cita o educador Paulo Freire, cujas idéias são consideradas como base de uma Educação Popular consciente, no qual ressalta que o homem pode transformar a natureza com seu trabalho a partir das relações e interações que estabelece e que o possibilita passar de objeto a sujeito de sua história.

Destaca-se, contudo, que na Educação do Campo se pratica a política com a participação de seus sujeitos coletivos nas lutas pela reforma agrária, pela terra, por direitos e pelo fortalecimento dos processos educativos, no qual a luta por escolas públicas é sustentada por uma participação sociopolítica efetiva.

O contexto da experiência coletiva é expressado pelas parcerias que promovem um avanço nas políticas públicas e que possibilita o diálogo e a ação entre as instituições acadêmicas e os movimentos de lutas sociais, com as parcerias e implantações de projetos voltados à Educação do Campo e para os sujeitos do campo.

Resta discorrer sobre os professores no sentido da Educação do Campo que são vistos como sujeitos importantes e fundamentais na atuação e formulação pedagógica nas escolas do campo (CALDART, 2010). Importa dizer que essa temática segue a trajetória histórica da educação no Brasil e não é possível dissociá-la do que já foi discutido nesta pesquisa, da Educação Rural à Educação do Campo.

Assim como na trajetória histórica da educação no Brasil, a docência segue o percurso de mudanças da sociedade, no qual seus desafios, incertezas, ganhos, mudanças curriculares, processo de formação inicial e continuada ganham espaços nos debates acerca da educação.

Para o momento, em relação aos professores ressalta-se aqui dois pontos: o primeiro voltado ao educador de escolas de zona rural, cujo processo de formação não abordou as particularidades do campo; o segundo, que inserido em movimentos e lutas sociais e/ou como sujeitos de projetos voltados à formação do educador do campo teve a possibilidade de uma formação contextualizada.

Para discussão do primeiro caso apontado recorre-se à LDB nº 9.394/96, os Artigos 61 a 67 abordam a questão dos Profissionais da Educação, seu processo de formação e atuação, mas não se referem a um preparo educacional específico para o

meio rural, para o campo, que atenda às especificidades e necessidades já discutidas neste trabalho em relação ao sujeito do campo.

Já na Educação do Campo as lutas e práticas necessárias a este contexto tem preconizado a defesa e a valorização do trabalho docente com um processo de formação específico a esta perspectiva (CALDART, 2010). Ressalta-se aqui a importância de uma formação inicial e continuada com base nos contextos vivenciados pelo professor em face à diversidade, que permita uma práxis efetiva e geradora de novos saberes.

Metodologia

Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa do assunto proposto. Optou-se por fazer o Estado da Arte da Educação do Campo no Brasil e para este caminho foi utilizada a base de dados da Capes, na qual a busca por trabalhos resultou em 98 trabalhos (teses) de doutorado entre os anos de 1991 a 2011.

Para delinear a busca utilizou os termos Educação do Campo, Educação Rural e Professores. Das 98 teses obtidas 53 foram descartadas, pois não apresentavam relação com os termos utilizados na busca dos trabalhos ou estavam fora da década escolhida como recorte para esta pesquisa, o período de 2001 a 2011.

As 45 teses obtidas relacionadas à busca foram analisadas pelos títulos, palavras-chaves e resumos, sendo que o conteúdo encontrado nos resumos foi determinante para o descarte ou não das teses. Ainda na análise das teses encontradas foram observadas questões como a instituição em que foi produzida e a região do país.

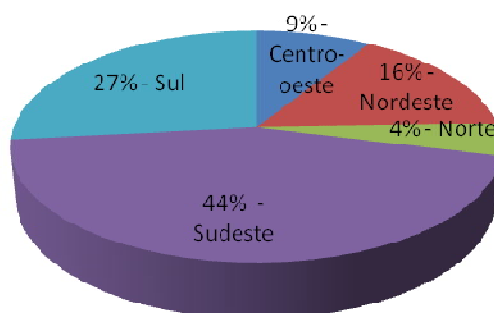
No decorrer da análise das teses optou-se pelo desmembramento dos conteúdos por eixos, de forma a relacioná-los com os termos utilizados na busca das teses. Por fim, os resultados obtidos foram relacionados com o estudo bibliográfico e relatados nesta pesquisa.

Estado da Arte da Educação do Campo, Educação Rural e Professores

Dos 98 trabalhos identificados no banco de teses da Capes, com a utilização dos termos Educação do Campo, Educação Rural e Professores, 53 foram descartados. Os descartes foram realizados com base na década de interesse desta pesquisa, período de 2001 a 2011, e também por análise dos resumos e das palavras-chaves das teses que se deslocavam dos termos utilizados para a busca e cujos assuntos não apresentavam aderência a proposta deste trabalho.

Restaram para análise 45 teses, sendo 41 produzidas em instituições públicas e 04 em privadas. Destacam-se a região sudeste e sul do Brasil com os maiores números de produções:

Gráfico 1 – Porcentagem de produções por região



Fonte: Banco de Teses Capes, 2012

Já era esperado que a maioria das produções se concentrasse na região sudeste, dada a quantidade de universidades e de cursos *lato e stricto sensu*, que de certa forma atendem às demandas de outros estados. Já a região sul aparece em segundo lugar, fato que demonstra as iniciativas relacionadas à Educação do Campo, dos movimentos sociais e projetos voltados aos povos do campo, que se concentram nos estados do sul do país.

Em relação ao período pesquisado ressalta-se que a escolha se deve à necessidade de conhecer o que se tem pesquisado e produzido, na última década, acerca da Educação do Campo após a eclosão e disseminação do assunto na década de 1990, precisamente no ano de 1998 com a realização da I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo.

Cabe discorrer que, após a realização de encontros e conferências na década sinalizada, a Educação do Campo ampliou-se para diversos e diferentes cenários (MOLINA, 2010, p. 104). Destaca-se como ponto importante desta ampliação a pesquisa nas universidades (nos cursos graduação e pós-graduação), o aumento dos movimentos sociais e via políticas públicas, com a participação do Estado, na qual é necessário considerar as Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo.

Ainda em relação ao período de 2001 a 2011 pode-se observar que houve crescimento em relação às pesquisas sobre a Educação do Campo pelas universidades, conforme:

Tabela 1: Período de produção das Teses

| Ano Publicação | Qtde |
|-----------------------|-------------|
| 2011 | 8 |
| 2010 | 2 |
| 2009 | 13 |
| 2008 | 6 |
| 2007 | 5 |
| 2006 | 2 |
| 2005 | 2 |
| 2004 | 1 |
| 2003 | 4 |
| 2002 | 1 |
| 2001 | 1 |

Fonte: Banco de Teses Capes, 2012

Esse crescimento demonstra que a Educação do Campo tem despertado a curiosidade de acadêmicos, mesmo que de forma tímida, por se tratar de um campo amplo e com vários vieses para pesquisa. Ressalta-se ainda que o papel das universidades vai além de fomentar as pesquisas, se dá também na aplicação de projetos e programas diretamente relacionados à Educação do Campo como o PROCAMPO, o Projovem Campo, Programa Saberes da Terra, Escola Ativa, PRONERA, entre outros.

Ao destrinchar os resumos das teses pode-se observar que além dos termos utilizados na busca dos trabalhos, Educação do Campo, Educação Rural e Professores, considerados nesta análise como eixos, outros termos se destacaram como fatores importantes para entendimento da origem, das peculiaridades, sujeitos e ação da Educação do Campo.

Nos eixos ressaltam-se como fatores de discussão dos trabalhos analisados as políticas públicas, as práticas educativas, os movimentos sociais, os projetos e programas relacionados à Educação do Campo e à Educação Rural, a Pedagogia da

Alternância, a formação e atuação dos professores e os sujeitos que fizeram parte das pesquisas das teses analisadas. Dentre os sujeitos destacam-se os assentados, os povos ribeirinhos, as comunidades rurais, os jovens do campo, os professores, entre outros.

Sobre o eixo Educação do Campo salienta-se a presença dos movimentos sociais, de uma organização e mobilização coletiva. A Educação do Campo ganha força nas práticas dos coletivos que levam em consideração a vida na terra, o aprender política, a experiência vivida no coletivo, na qual a formação humana é necessária e viável e onde se intensificam lutas sociais e políticas na construção de um projeto de bem comum à comunidade (SOUZA, 2010).

A mobilização vem da necessidade de garantir ao meio rural uma educação contextualizada mediante a realidade vivenciada pelos povos do campo e que possibilite meios para seu desenvolvimento. Avalia-se neste contexto a implantação de um currículo diferenciado, a ação dos jovens que passam por uma formação voltada às peculiaridades do campo e a atuação de professores neste processo de formação para a transformação social.

Caldart (2010) corrobora que a Educação do campo não nasceu como teoria, mas em questões práticas. E é essa prática que busca a conjugação da luta tanto pelo acesso à educação pública quanto a uma prática pedagógica contextualizada que possibilite a transformação social.

O eixo Educação Rural assume, na análise das teses, dois caminhos. O primeiro considerado apenas como espaço geográfico que sofre com um processo educacional descontextualizado, que não atende à demanda e as necessidades dos povos e comunidades de zona rural. Este critério serve apenas como demarcação rural/urbano para manutenção de interesses capitalistas. Cabe dizer que este primeiro caminho ressalta na análise dos resumos das teses, mas não é a maioria dos trabalhos deste eixo.

O segundo caminho do eixo Educação Rural vislumbra a Educação Popular proposta por Paulo Freire, a educação de um povo trabalhador e a disseminação de informações que possibilitem uma análise crítica da situação rural e o desenvolvimento das comunidades do meio rural.

Souza (2010, p. 85) ressalta Paulo Freire quando afirma que o homem pode transformar a natureza com seu trabalho a partir das relações e interações que estabelece em seu meio e no qual pode passar de “objeto a sujeito de sua própria história”. Neste contexto, o trabalho educativo, por meio da Educação Popular, visa a formação de sujeitos que interfiram na realidade para transformá-la (PALUDO, 2012, 283).

Ressalta-se aqui a necessária distinção entre Educação Rural e do Campo. A Educação Rural, por si só e deslocada do contexto representa um espaço geográfico, na maioria das vezes manipulado por interesses econômicos e desenvolvimentistas que não contemplam as demandas e necessidades dos povos que habitam este meio. Esta educação não articula o trabalho do campo à educação escolar contextualizada.

Já a Educação do Campo constrói-se na organização, cooperação e contextualização do tempo e espaço geográfico, às necessidades educacionais dos povos do campo e ao trabalho produtivo advindo destes.

Torna-se importante discorrer que nos resumos das teses analisadas aponta-se uma Educação Rural que caminha, por meio das lutas de classes, movimentos sociais, Educação Popular e outros programas e projetos à vislumbrada Educação do Campo, haja vista o processo de conscientização que estas mobilizações sociais têm aplicados ao meio rural. Ou seja, observa-se que por intermédio de ações organizadas política e socialmente, com crianças, jovens e famílias camponesas, assentadas e demais comunidades rurais, que o processo educativo tem se fortalecido quando pensado em coletividade.

Em relação aos professores observou-se entrelaçamento de três fatores: a formação, a atuação e a prática educativa, sendo que esses fatores resultam em uma situação de interação mútua, pois quando é possibilitado ao professor que trabalha na zona rural um preparo voltado às necessidades do campo sua atuação passa a atingir seus alunos por meio de práticas contextualizadas. Simetricamente, as práticas contextualizadas dos professores retroagem sobre sua formação, construindo um novo saber sobre o campo e a educação.

Este eixo discute, na maioria das teses, a ação de um processo de formação, inicial ou continuada, condizente com as peculiaridades do campo que passa também pela necessidade de um projeto pedagógico contextualizado e um currículo adaptado. Um processo voltado ao desenvolvimento da comunidade do campo e à emancipação dos sujeitos deste espaço.

Considerações Finais

A Educação do Campo, como prática social e coletiva, como modalidade da Educação Básica e como movimento social tem crescido nos últimos anos, de acordo

com o Estado da Arte apresentado neste trabalho. As pesquisas e produções realizadas pelas universidades, juntamente com a criação e participação em programas e projetos voltados à realidade e sujeitos do campo viabilizam a ampliação do assunto e colaboram com o delineamento do conceito de Educação do Campo.

Ressalta-se que os termos utilizados para busca e Estado da Arte deste trabalho apresentam vieses intrínsecos a sua constituição como os movimentos sociais, as políticas públicas, a docência, os programas e projetos, que na atualidade atuam no contexto do campo com intenção de atender aos sujeitos que lá habitam e trabalham. Esses vieses corroboram com a construção do conceito de Educação do Campo para além do espaço geográfico.

A Educação Rural é entendida, de acordo com o Estado da Arte, como espaço onde surgiram lutas e movimentos sociais, cujas reivindicações buscavam melhorias que atendessem à demanda e necessidade dos sujeitos do campo e que ao longo da história contribuíram para o movimento de Educação do Campo.

Em relação aos professores, um dos termos de pesquisa há necessidade de considerar a formação, a atuação e a prática educativa no contexto da Educação do Campo e da Educação Rural. Considera-se que quando o docente é preparado para atuar na especificidade apresentada no campo engendra-se um processo de retroação sobre a prática educativa e na qual a atuação possibilita novos conhecimentos.

Por fim entende-se que a tríade campo-educação-políticas estão entrelaçadas, sendo o campo um espaço de possibilidades, a educação um direito dos sujeitos que habitam o campo considerando as peculiaridades do contexto e no qual se luta por políticas coerentes e efetivas à demanda do campo. Este trabalho possibilitou entendimento e ampliação do assunto proposto para geração e disseminação do movimento de Educação do Campo para a comunidade acadêmica, que surge como forma de ação a um contexto rico, diferenciado e peculiar, o campo.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, P. Estrutura Fundiária. *In*: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ANTONIO, C. A. LUCINI, M. **Ensinar e Aprender na Educação do Campo: processos históricos e pedagógicos em relação**. Caderno Cedes. Vol.27, m. 72, p. 177-

195. Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 23/01/2012, às 14h37.

ARROYO, M. G. FERNANDES, B. M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Coleção nº 2. Brasília – DF, 1999.

BEZERRA NETO, L. **Avanços e Retrocessos na Educação Rural no Brasil**. 221 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação – Campinas, 2003.

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projovem Campo – Saberes da Terra**. Brasília, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto lei n. 4.024, de 20/12/1961. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 18/01/2012.

BRASIL. Decreto lei n. 9.493, de 20/12/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, nl. 248, 23/12/96, pp. 27833-27841

BRASIL. MEC/CNE. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001.

CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. Educação do Campo e a Perspectiva de Transformação da forma Escolar. In: MUNARIN, A. et al (org.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. V. 7 n. 1, p. 35-64, mar/jun, 2009. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r235.pdf>. Acesso em: 24/05/12.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de Teses CAPES**. 2012. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Acesso em: 1 jul. 2012.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 3. ed. Vol. 13. Coleção Educar. São Paulo: Loyola, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. Projeto Societário Contra-Hegemônico e Educação do Campo: desafios de conteúdo, método e formas. In: MUNARIM, A. et al (org). **Educação do Campo: reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

KOLLING, E. VARGAS, M. C. CALDART, R. S. MST e Educação. In: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MARTINS, F. J. **Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar**. In: II Congresso Internacional de Pedagogia Social. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092008000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 20/11/2011.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Cadernos SECAD. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf>. Acesso em: 23/10/2011.

MOLINA, M. C. Desafios Teóricos e Práticos na Execução das Políticas Públicas de Educação do Campo. *In*: MUNARIM, A. et al (org). **Educação do Campo: reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

MUNARIM, A. et al (org). **Educação do Campo: reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

PALUDO, C. Educação Popular. *In*: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RIBEIRO, M. Educação Rural. *In*: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P. Reforma Agrária. *In*: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SOUZA, M. A. A Educação do Campo na Investigação Educacional: quais conhecimentos estão em construção?. *In*: MUNARIM, A. et al (org). **Educação do Campo: reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.